

PGR quer policiais com câmera e punição para quem não usar

Recomendação foi feita em consulta pública aberta pelo Ministério da Justiça a fim de regular uso do equipamento

BERNARDO LIMA
Bernardo Lima é jornalista e colunista do O Globo

A Procuradoria-Geral da República recomendou ontem ao Ministério da Justiça e Segurança Pública que a implementação de câmeras portáteis em fardas policiais seja obrigatória e que seja criada uma punição aos agentes de segurança que se recusam a usar o equipamento. A sugestão foi feita nas propostas enviadas pela Câmara de Controle Externo da Atividade Policial e Sistema Prisional do Ministério Público Federal à consulta pública do Ministério da Justiça sobre o uso do dispositivo, encerrada ontem.

O documento também recomenda que as imagens registradas sejam armazenadas por no mínimo 90 dias.

O texto enviado pela PGR propõe ajustes de redação na minuta submetida à con-

sulta pública, com o acréscimo de cláusulas. Uma das sugestões é de que a portaria "incorpore dispositivo que preveja a responsabilização funcional pelo não uso das câmeras corporais ou seu uso em desconformidade com os regulamentos".

No início do ano, o secretário-executivo do Ministério da Justiça, Ricardo Capelli, que está de saída da pasta, anunciou que o governo publicará as diretrizes nacionais para o uso do equipamento pelas polícias do Brasil. Em entrevista a

Q "Morrem menos policiais, há um aumento de apreensões, um aumento de prisões"

Mário Sarubbio, futuro secretário nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça

GLOBO, o futuro secretário nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Mário Sarubbio, se posicionou favorável à adoção das câmeras em fardas de policiais militares. Sarubbio acrescentou que ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski, que vai chefiar a pasta no lugar de Flávio Dino, "também é um entusiasta" do dispositivo.

— Morrem menos policiais, melhora o desempenho, porque há um aumento de apreensões, há um aumento de prisões — enumerou Sarubbio.

O uso das câmeras corporais é discutido simultaneamente por vários órgãos federais. Na sexta-feira da semana passada, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), vinculado ao Ministério da Justiça, aprovou uma recomendação para que agentes de



Em expansão e discussão. Câmera em farda de PM do Rio de Janeiro: uso se expande por os estados, mas governo federal ainda deve divulgar uma norma geral

segurança pública e privada usem o dispositivo. O texto delimita que as gravações não devem ser interrompidas durante o serviço dos profissionais.

Das 27 unidades da federação, sete já mantêm programas de uso do equipamento e outras dez estão em implantação da medida, segundo le-

vantamento feito com base na Lei de Acesso à Informação pelo Monitor da Violência, parceria do G1 com o Núcleo de Estudos da Violência da USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

TARCÍSIO ADMITE EXPANSÃO Na segunda-feira, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, admitiu ampliar o uso do equipamento, depois de afirmar que não iria investir em mais câmeras para os PMs. — Vamos avaliar o uso dessas câmeras e a possibi-

lidade até de ampliação. Isso está sendo estudado na Secretaria de Segurança Pública — afirmou Tarcísio, durante a entrega de 160 apartamentos na região de Guaiunases, na Zona Leste da capital paulista.

No início de janeiro, o governador havia questionado a eficácia do dispositivo, em entrevista ao Bom Dia SP, da TV Globo. — Qual a efetividade das câmeras corporais na segurança do cidadão? Nenhuma — declarou. (colaborou Bianca Gomes, de São Paulo)

Exército permite mais armas restritas pessoais a PMs

Portaria estabelece que integrantes da corporação, bombeiros, agentes da Abin e do GSI poderão ter cinco fuzis de uso controlado

O Exército emitiu uma autorização que amplia o número de armas que policiais militares e bombeiros podem ter em casa. Agora, os integrantes das duas corporações poderão ter até seis armas de fogo em suas residências, sendo cinco de uso restrito (artefatos de alto calibre, como fuzis, que não são recomendados para defesa pessoal). A norma não vale para equipamentos usados em serviço.

A mudança foi determinada por uma portaria publicada no Diário Oficial na terça-feira. A nova regra também estendeu a autorização para servidores da

Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República. O texto ainda diz que os agentes autorizados a manter este arsenal privado podem comprar até 600 munições por arma, a cada ano. Até a edição da nova portaria, os 406,3 mil policiais militares e 55 mil bombeiros na ativa em todo o país podiam adquirir até duas armas de uso restrito para manter em casa. Os artefatos de uso restrito têm sua utilização e porte autorizados apenas para as Forças Armadas, alguns

órgãos de segurança e por pessoas habilitadas, como atletas praticantes de tiro. Policiais militares podem ter até duas armas de uso restrito, de calibres específicos, em suas casas, até 2018. Os fuzis não estavam entre as armas autorizadas. Mas em 2019, foi autorizado a compra de até duas dessas armas pelos agentes de segurança, desde que não efetuassem disparo automático. A proibição a esse tipo de fuzil, capaz de liberar rajadas com um disparo, está mantida. No caso de artefatos semiautomáticos, a autoriza-

O QUE MUDOU NA NOVA PORTARIA

Como era Policiais militares e bombeiros da ativa podiam adquirir até duas armas de uso restrito para manter em suas residências.

Como ficou O número de armas que os policiais militares e bombeiros na ativa podem ter em suas casas passou para seis, sendo cinco de uso restrito (de alto calibre, não recomendados para defesa pessoal), de acordo com a nova portaria do Exército.

Ampliação A nova regra estendeu a autorização a servidores da Abin e do GSI da Presidência da República. Os artefatos de uso restrito têm uso e porte autorizados apenas para as Forças Armadas, alguns órgãos de segurança e atletas de tiro.

O que não mudou A proibição a compra de fuzis de disparo automático, estabelecida em 2019, foi mantida pela portaria baixada na terça-feira.

ção dependerá da potência do equipamento, segundo a norma baixada pelo Exército.

FIM DE DIFERENÇAS

Em janeiro do ano passado, os integrantes das forças de segurança deixaram de ter um limite diferenciado para a compra destes equipamentos. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou um decreto no primeiro dia de governo que suspendeu as regras que vigoravam no governo Bolsonaro flexibilizando o acesso aos armamentos, uma das principais bandeiras do antecessor do petista. Outro decreto publicado posteriormente pelo governo Lula definiu que as Forças Armadas e a Polícia Federal editariam as novas regras de controle do acesso às armas. (Bernardo Lima)

Casos de feminicídio e estupro tiveram alta em SP em 2023

Número de homicídios de mulheres foi o maior registrado desde 2001

BIANCA GOMES
Bianca Gomes é jornalista do O Globo

O estado de São Paulo registrou 14.504 casos de estupro em 2023, uma média de 39 por dia. É o maior número da série histórica iniciada em 2001 pela Secretaria de Segurança Pública e representa uma alta de 9,5% em relação a 2022. Os feminicídios aumentaram 13,3% no ano passado, o que também foi o pior ano desde que começaram a ser feitos registros específicos do crime, em 2018.

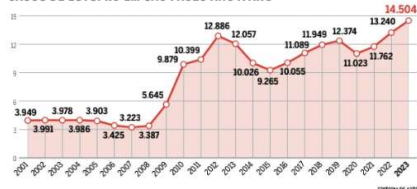
Só na capital paulista, foram 3.037 registros de estupro no ano passado, já

os casos de feminicídio passaram de 195 em 2022 para 221 em 2023. Para a Secretaria de Segurança, o aumento dos registros de estupro se deve à maior quantidade de denúncias das vítimas, e não necessariamente a uma alta no crime. Dos casos de estupro registrados, 11.133 são de vulneráveis (menores de 14 anos ou pessoas cujo estado de saúde não permite que tenham condições de consentir ou não com o ato sexual).

Coordenadora das Delegacias de Defesa da Mulher de São Paulo, Jamila Ferra-

ri diz que o crime de estupro é o mais subnotificado de todos. Para Jamila, o aumento nos registros reflete uma maior conscientização das vítimas sobre o que é crime de estupro e uma maior confiança das mulheres na Justiça. — No caso dos feminicídios, na maioria das vezes a vítima nunca fez um boletim de ocorrência. Mas quando ouvimos as testemunhas, todas falam que o autor do crime era ciumento, que o casal brigava. Precisamos dizer para as vítimas de violência que não precisa haver um crime mais grave para pedir ajuda.

CASOS DE ESTUPRO EM SÃO PAULO ANO A ANO



Ela já pode pedir quando for alvo de ameaça ou seqüestro, por exemplo — detalhou. **'AUMENTO DA MISOGINIA'** Mas para Celeste Leite dos Santos, promotora de Justiça e presidente do Instituto Pró-Vítima, a maior conscientização não explica, por si só, a tendência de aumento do número de estupro.

— Houve um aumento da misoginia em nossa sociedade e há uma falta de política para combatê-la — critica. Os dados da Secretaria de Segurança mostram que os homicídios dolosos recuaram 10,4%. De 2.909 homicídios em 2022, quantidade de registros caiu para 2.606 no ano passado. É a menor taxa de homicídios dolosos em 23 anos,

com uma média de 5,72 casos para cada grupo de 100 mil habitantes. — Esta foi a primeira vez desde 2001, início da série histórica, que o índice ficou abaixo de 6", informou a pasta. A queda dos latrocínios foi ainda maior, com redução de 33,3%. Os números foram de 63 para 42 e se igualaram a 2007 como menor número da série histórica.